

Disponível em www.cerescaico.ufrn.br/mneme

A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO: DO CAMPO À CIDADE, DA CIDADE AO CAMPO

Maria do Socorro dos Santos
Mestre em Sociologia
Profª do Deptº de História e Geografia da UFRN - CERES
Campus de Caicó

Resumo

Há milênios, o homem transforma o espaço para melhor adaptar-se, suprimindo suas necessidades de sobrevivência. A ação do homem sobre o meio que o envolve transforma esse espaço em espaço rural e espaço urbano. Durante décadas este binômio foi abordado numa visão dicotômica: o campo, analisado de modo a ser referendado como espaço, por excelência, do arcaico, do atrasado, do velho; a cidade, contrariamente, sendo o espaço do novo, de abertura ao moderno, às novas tecnologias que favoreciam prover de forma mais racional e científica as necessidades sociais. Atualmente esta ótica é fato superado e o assunto é abordado numa perspectiva onde as funções desempenhadas pelo campo e pela cidade se complementam e se complexificam. A temática a ser problematizada, neste trabalho, pauta-se numa referência empírica, a realidade urbana de uma cidade da Paraíba.

Palavras-chaves: Espaço, cidade, campo.

Os espaços urbanos surgem como manchas dentro dos espaços agrícolas (Serra, 1987:7). Essas manchas ampliam-se e, quando possível, permanecem cingidas pelos tons verdes das culturas agrícolas que as originaram.

Estudos realizados por Wanderley (1997:94), confirmam que a dimensão populacional continua sendo o critério mais utilizado para demarcar o espaço rural do espaço urbano. Ela ainda nos alerta para o fato de que, do ponto de vista sociológico, não podemos descartar duas características no meio rural: a relação dos habitantes do campo com a natureza, sendo este espaço onde *“resultam práticas e representações particulares a respeito do espaço, do tempo, do trabalho, da família, etc.”*; e também as relações sociais de interconhecimento resultantes da vivência das coletividades rurais (1997:96).

Para Juarez R. Brandão Lopes, estudioso do desenvolvimento urbano brasileiro, as aglomerações, para serem urbanas, precisam contar com pelo menos cinco mil habitantes, possibilitando *“demarcar a área onde mais intensamente se faz sentir a influência de valores, padrões e formas de organização urbanos”* (Lopes, 1978:67)

O Censo Demográfico elaborado pelo IBGE, distingue os domicílios em função da situação rural ou urbana.¹ De acordo com a legislação brasileira, quem habita nas sedes urbanas dos municípios é urbano, independentemente das profissões desempenhadas (Idem. p. 97-98.) Desta forma, o agricultor que labuta diariamente em seu roçado, mas mora na cidade, é um urbano.

O IBGE, aponta como urbanos *“todos os cidadãos que residem nos distritos-sedes dos municípios ou nas sedes dos demais distritos, independentemente do porte da cidade”* (Caiado, 1995).

Speridião Faissol, pesquisador do IBGE, refere-se às pequenas cidades, às vezes muito pequenas até mesmo em termos de um conceito de cidade, que existem em virtude de uma *“definição legal de cidade-sede de município”* (Faissol apud Wanderley, 1998:30).

De outra forma, para Faria (1984:124), *“as pequenas cidades, com até 20.000 habitantes não integram propriamente a rede urbana, são consideradas como ‘não-urbanas’”*.

Para José de Souza Martins, o primordial do rural é a ocupação de sua população: os indivíduos ocupam-se na atividade agrícola, cultivando plantas e lidando com animais (Martins, 1981:26).

Anos a fio, discutiu-se a polaridade campo/cidade como sendo controversa e não compatível entre si por mostrar-se contrastante. Este debate já é fato superado e atualmente os autores abordam o assunto de modo a não mais antagonizar esse binômio, mas tratam-no de forma articulada.

Esse corte rural/urbano, segundo José Graziano (1997:121), é uma variável utilizada para tratar as diferenças apenas quantitativas no tangente aos níveis de renda, acesso a bens e serviços, não explicitando as diferenças qualitativas entre ambos. Desta forma *“ ‘a idéia de dois mundos que se opõem’ vai cedendo lugar à idéia de um “continuum” espacial, seja do ponto de vista de sua dimensão geográfica e territorial, seja na sua dimensão econômica e social.”*

A partir do desenvolvimento do capitalismo na agricultura, da introdução das indústrias no interior e da modernização das sociedades urbana e rural, a teoria da urbanização é formulada com ênfase na integração destes dois espaços, através das trocas crescentes entre ambos. A visão dualista que opunha o rural ao urbano como realidades distintas e de negação uma a outra, associando o “rural” ao agrícola e ao atrasado e o “urbano” ao industrial e ao moderno foi superada, enfatiza Maria José Carneiro (1997:154-155), onde *“A dicotomia entre rural e o urbano seria diluída em um continuum.”*

A autora (1997:182), ainda ressalta que a ruralidade não pode mais ser definida com base na oposição à urbanidade. Rural e urbano corresponderiam, então, a representações sociais sujeitas a reelaborações de acordo com o universo simbólico em que estão inseridas.

O crescente aumento dos meios de transporte e a multiplicação de estradas, ligando o campo às cidades, contribuiu definitivamente para pôr fim ao isolamento que, durante décadas, manteve a população rural alijada dos benefícios que os urbanos gozavam.

Em *“O lugar” dos rurais: o meio rural no Brasil moderno*ⁱⁱ, Wanderley (1998:6) menciona a *“teoria do continuum rural-urbano”*, nas relações campo-cidade. Essa teoria apresenta-se em duas vertentes. A primeira, relaciona o continuum entre o meio rural e o meio urbano incidindo sobre a nitidez de cada um desses espaços e cujo avanço do domínio do urbano tende a eliminar o conceito de “rural”. Este é um processo de dominação, cujo pólo urbano serve de parâmetro para a uniformização da sociedade. A segunda, considera o continuum rural-urbano como uma relação integradora dos dois pólos.

A compreensão de Milton Santos acerca das pequenas cidades é apresentada pela autora (1998:32). Estas deixam de ser as *“cidades dos notáveis”*, dos coronéis, convertendo-se em *“cidades econômicas”*, onde o padre, o tabelião, a professora primária, o juiz, dentre outros elementos imprescindíveis no primeiro modelo, são substituídos pelo médicoⁱⁱⁱ, pelo agrônomo, pelo veterinário, pelo bancário e pelos comércios especializados das cidades econômicas.

Devido à profundidade das transformações sofridas pela sociedade, diz Milton Santos (1996), não se trata mais de distinguir espaços rurais e urbanos, e tampouco pequenas e grandes cidades. O campo comanda a vida econômica e social do sistema urbano, nas regiões agrícolas. Nas regiões urbanas, essa função é desempenhada pelas atividades secundárias e terciárias (Santos, 1996:68).

O espaço total brasileiro, diz o autor, está preenchido por regiões agrícolas e regiões urbanas:

“Simplesmente, não mais se trataria de “regiões rurais” e “cidades”. Hoje as regiões agrícolas (e não rurais) contém cidades, as regiões urbanas contém atividades rurais” (Milton Santos 1996:65).

Discordando da idéia de continuum, apesar de referendar a não descontinuidade campo-cidade, Helza Junghans Lanz comenta a respeito de traços culturais camponeses que permanecem incrustados no cotidiano urbano, estando entrelaçadas modernidade e tradição de modo a se complementarem:

“Ao contrário das formulações dicotomizadas, não vislumbramos uma descontinuidade entre o campo e a cidade, como também não concordamos com a idéia de continuidade. A nosso ver, há um entrelaçamento de traços, posturas, cosmovisões e modelos simbólicos onde tradição e modernidade se encontram, se sobrepõem, se alternam, se complexificam” (Junghans Lanz, 1997:24).

Desde a antigüidade, com Platão (Serra, 1987:7), vislumbra-se a articulação do urbano com a divisão do trabalho e os excedentes agrícolas e ainda percebia-se a cidade como portadora da função de mercado. Vejamos o que alguns teóricos pensam a respeito do urbano:

O caráter econômico da cidade é percebido por Weber (1979:69), onde a população recorre ao mercado, encontrando os produtos de que necessita. Parte desses produtos tem origem na própria localidade e a outra parte vem de populações vizinhas. Em essência *“toda cidade é um local de mercado.”* O tamanho por si só não é um elemento definidor do que seja cidade. Um fator a ser considerado é a vinculação da maioria dos habitantes em atividades industriais e comerciais, estando afastados da produção agrícola.

Castells, em comentário acerca de Raymond Ledrut, menciona a sua análise da cidade enquanto *“um sistema de trocas entre diferentes setores que ocupam um lugar e preenchem uma função determinada”*, onde cada setor contribui para o funcionamento interno da cidade (Castells, 1983:138).

Para Reissman, as cidades são um conjunto *“complexo de interações entre as pessoas, o espaço e as instituições sociais”* (apud Serra, 1987:10).

A cidade para Park é um corpo de costumes, sentimentos e atitudes transmitidos através da tradição.

Simmel caracteriza a metrópole como multiplicação da quantidade de atitudes a que as pessoas estão sujeitas. A característica fundamental da metrópole é sua extensão funcional para além de suas fronteiras físicas, de seus limites imediatos. Nesse espaço, o homem teve a possibilidade de desfazer-se de amarras que tolham sua liberdade no tangente aos relacionamentos intelectuais e sociais. A independência individual e a própria elaboração da individualidade nutriram-se das condições proporcionadas pela vida metropolitana (Simmell, 1979:21,24).

Numa abordagem sociológica, Louis Wirth concebe a cidade como *“um núcleo relativamente grande, denso e permanente de indivíduos socialmente heterogêneos.”* Atentando para os aspectos de tamanho, localização, idade e função, o autor considera possível classificar comunidades urbanas que variam de pequenas cidades, lutando para manter-se, até prósperas metrópoles mundiais (Wirth, 1973:94-96).

Castells questiona a existência de uma cultura urbana não podendo ser apresentada como conceito nem como teoria. *“Ela é, propriamente dito, um mito, já que, o narra, ideologicamente, a história da espécie humana.”* Destarte, as temáticas desenvolvidas acerca da ‘sociedade urbana’ funcionam como palavras-chave, encerrando o significado de uma ideologia da modernidade fundidas às formas sociais do capitalismo liberal (Castells, 1983:110).

Ao abordar a cidade, Castells percebe o homem enquanto pertencente a uma determinada classe social que, lutando por sua sobrevivência transforma a natureza e é por ela transformada, não sendo um ser inerte, letárgico, neste processo dialético:

“A cidade é a projeção da sociedade no espaço. Há um “processo dialético pelo qual uma espécie biológica particular (particular, porque dividida em classes), “o homem”, transforma-se e transforma seu ambiente na sua luta pela vida e pela apropriação diferencial do produto de seu trabalho” (Castells, 1993:146).

O "espaço agrícola" - a extensão de terra utilizada para a exploração agrícola - é uma das formas de o homem executar sua ação sobre o espaço e, segundo Serra, uma das formas mais amenas.

Ambos os espaços são produzidos pela ação humana, e o que os distingue é a "natureza e a aglomeração das adaptações". O espaço urbano é modificado, em geral, com a construção de abrigos para servirem a inúmeras funções. As modificações executadas no espaço natural estão relacionadas à flora, onde a vegetação natural é substituída por plantações (Serra, 1987:34.)

Desta forma, temos, de modo simplificado, mas abrangente, campo/cidade ou urbano/rural como adaptações do espaço que o homem modifica de forma a suprir suas necessidades básicas. Estando estes espaços convergindo para uma mesma finalidade de caráter essencial para a sobrevivência humana, por que discutir a preponderância de um setor sobre o outro?

Serra (1987:77), aponta o extraordinário aumento da produtividade ocorrido ao longo do século XX como propulsor da urbanização generalizada, promovendo o cruzamento dos interesses industriais e agrícolas. As classes dominantes, com o capital financeiro, foram niveladas ficando no mesmo patamar, industriais e agricultores como devedores do sistema financeiro. Tais mudanças acrescidas do desenvolvimento verificado nos sistemas de transportes e de comunicações, deslocam para segundo plano a contradição campo/cidade.

Historicamente, Singer (1968), enfatiza que o caráter desse antagonismo é bem menos decisivo do que as contradições de classes. Devido a amplidão da transformação ocorrida na divisão do trabalho campo/cidade, atualmente está em questão a dúvida quanto à validade da distinção entre campo e cidade.

Temos, na realidade, uma imbricação forjada por esta divisão do trabalho, onde o campo inicia o processo de transformação da natureza e a cidade o completa (Rolnik, 1988:27). Desta forma, o camponês também consome produtos urbanos e percebemos não haver uma divisão estanque, mas complementar, pelo menos em termos de comércio/consumo.

Segundo Marx (1994:202), é através dos instrumentos que o homem age sobre o objeto de trabalho, transforma a natureza imprimindo-lhe uma forma útil à vida humana. O homem trabalha/transforma o espaço natural - espaço onde o homem ainda não exerceu nenhuma ação adaptadora - tornando-o espaço urbano ou espaço rural.

A ação do homem na natureza tem como característica o teor acumulativo do modo pelo qual ele supre as necessidades cotidianas de sua vida. Essa cultura também pode ser descrita como *"a parte do ambiente feita pelo homem"*, incluindo-se aí conhecimento, crença, moral, arte, costume, lei e sociedade (Serra, 1987:55.) É através dessa cultura, de caráter cumulativo, que o homem constrói o espaço humano.

Ao longo do que expusemos, através do pensamento de todos estes teóricos, podemos apontar que o fundamental a nortear suas idéias é o fato de que o homem é o agente das transformações realizadas na natureza. Transformações que estão diretamente relacionadas a sua sobrevivência, quer tratando-se da produção de gêneros alimentícios ou da produção de

abrigo para fins de moradia, entre outras necessidades - interferindo nos espaços natural e urbano. Portanto, todo espaço humano ou “produção social de formas espaciais” resulta de uma construção executada pela ação, cujo agente é o homem.

Certeau (1994), aborda o espaço como algo dinâmico, constituído por pessoas comuns no seu cotidiano. Sendo o homem um ser extremamente dinâmico e ativo, o espaço também é atingido por esse aspecto humano. O espaço está sempre sendo transformado, sendo humanizado em decorrência dessa transformação ocorrer através do homem e para satisfazer suas aspirações.

Para Park (1979:26), mais do que uma construção material artificial, a cidade “é um estado de espírito”, onde costumes e sentimentos estão organizados pela tradição. A cidade insere-se no âmago das pessoas que a formam, sendo um “produto da natureza humana”, extrapolando a mera construção física.

“A verdade, entretanto, é que a cidade está enraizada nos hábitos e costumes das pessoas que a habitam” (Park, 1979:29)

Numa acepção mais poética, Ítalo Calvino envolve a cidade em relações permeadas pelo tempo e pelo espaço. A cidade é portadora de seu passado, de sua história, onde os ângulos das ruas, as grades das janelas, os corrimãos das escadas, os entalhes e os mastros das bandeiras podem ser lidos como se lê as linhas da palma de uma mão : *“A cidade não é feita disso, mas das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado: a distância do solo até um lampião e os pés pendentes de um usurpador enforcado” (Calvino, 1990:14).*

Voltemos, agora, nosso olhar para um caso específico, uma pequena cidade da Paraíba, tentando perceber, a partir destas concepções de urbano, que tratamento podemos dispensar ou como pensar o urbano existente em Lagoa Seca.

Lagoa Seca^{iv} teve início com moradores da própria região. E isso talvez seja uma premissa que tenha incutido na cidade a “identidade” própria de uma cidade interiorana, onde a proximidade com um grande centro, como Campina Grande, não extraiu de seu cerne essa marca. Sentimentos respaldada por Wanderley (1998:37), ao levantar a hipótese de que a população rural ao transferir-se para a sede municipal não tenha necessariamente de deslocar-se de “lugar”, ou seja, essas pessoas podem continuar restritas às mesmas relações de interconhecimento que mantinham anteriormente. A autora afirma que:

(...)“mesmo quando o bairro rural não é mais o espaço dos mínimos sociais, não consegue, por sua própria definição, absorver o conjunto das atividades essenciais no homem rural. Isto explica por que a sociedade rural não se esgota no pequeno espaço propriamente rural, mas se espalha pelas pequenas cidades que não só lhe servem de apoio político-institucional, como também, constituem um quadro complementar de vida.”

Essa área do Brejo Paraibano é habitada por pequenos produtores que adquiriram suas parcelas de terra de modo ilegal ou através de herança, tornando-se área própria para a pequena produção, produção de subsistência.

No contexto ora abordado, são essas pessoas tradicionalmente vinculadas à terra, à natureza, detentoras e transmissoras da sabedoria popular que lançam o fundamento para o surgimento da cidade.

Contrariamente ao saber compartimentado de hoje, o saber-se agricultor continua sendo um saber integral. O agricultor domina conhecimentos acerca do tempo, do espaço, sabendo o momento propício de plantar, de limpar o roçado, de colher, de armazenamento do produto – na maioria das vezes em casa e, não raramente, sem dispor de silos – tendo de controlar também o tempo de duração do armazenamento sem que a semente se deteriore.

“Os ciclos profanos da vida rural, a época de trabalhar a terra, semear, colher por exemplo acham-se aí espalhados e sua rotina de vida é permeada pelas festas e rituais religiosos, permanecendo, porém, o elemento anti-histórico da espera. O tempo perguntou ao tempo/quanto tempo tem o tempo e o tempo/respondeu ao tempo que tudo com/ tempo tem tempo. (sabedoria popular)” (Junghans Lanz, 1997:20)

O campo, onde estão sua casa, seu roçado, os animais, as árvores por ele plantadas, é seu espaço. Preservado ao longo de anos, com dificuldades que apenas ele e os que compartilham o mesmo amor e apego ao chão sabem traduzir em palavras. Espaço onde o céu resguarda uma lua mais cheia do que na cidade, onde as estrelas luzem com maior esplendor do que na cidade porque ele, literalmente, domina este espaço. Ali, não sente-se preso, é o espaço de sua liberdade porque é nele, e através dele, que retira sua subsistência.

A cidade é identificada por alguns agricultores como sinônimo de barulho, de intranquilidade para viver e para dormir, de falta de espaço, de prisão.

“Sei não! Às vezes, eu estou na cidade e fico imaginando... Meu Deus, o povo na cidade é preso! O povo está cumprindo uma sentença de um crime que ele não fez! O povo vive naquela casinha, naquele quintalzinho daquele tamainho e tudo mais” (Celestino P. da Silva)

Mesmo uma cidade pequena, interiorana, não está imune aos problemas sociais próprios dos grandes centros metropolitanos. O consumo de drogas entre os jovens também foi mencionado. As mudanças estão patentes até nas categorias utilizadas para nomear os transgressores da ordem estabelecida. O fato de as drogas já estarem sendo usadas por seus jovens, na cidade que nosso interlocutor viu nascer, é a prova cabal de que “o mundo,” está mudado e pra “pior.”

“Hoje em dia está diferente. Sabe, ninguém sabia dessa tal de maconha naquele tempo... Ninguém sabia disso, não! Nesse tempo, o povo chama marginal; naquele tempo, se chamava ladrão. O povo que roubava chamava-se ladrão. Não tinha esse negócio de droga, ninguém sabia o que era isso não. Hoje o mundo está aí, tudo quanto é ruim tem. Ainda nessa semana falou aí que o menino do colégio foi pegado emacanhado no colégio aí” (José Faustino)

A determinação de Seu Dino^y, em não ir para a cidade, é percebida ao ser interpelado por seu filho ao tentar convencê-lo a comprar uma casa na cidade, agora que está aposentado. A resposta é enérgica: se ganhasse a rua toda (onde mora o filho), venderia as casas e voltaria para o sítio e enfatiza a importância que o roçado continua tendo em sua vida:

“Me dê essa rua aqui todinha, na obrigação de eu vim morar aqui... só se me derem para eu vender e voltar pra lá, mas na obrigação de morar aqui eu não quero não. Pode me dar que eu não quero porque, pra mim, hoje ainda, é um investimento o roçado” (Severino Francisco Anacleto)

Cícero Faustino (o fundador de Lagoa Seca) era agricultor e marchante. Muitas pessoas optaram por transferir-se para esse espaço que, aos poucos, modifica-se ganhando “ares urbanos”. Pessoas já “urbanizadas”, vindas de Campina Grande também buscaram esse espaço ainda indefinido, meio rural meio urbano, para refazer e/ou iniciar suas vidas. A proximidade com Campina Grande e a quantidade de casas comerciais instaladas, a realização aos sábados e domingos de pastoris, jogos de argolinha, cavalo marinho, bailes e mamulengos, os “repentes” com os cantadores de viola, motivaram muitas pessoas a apostarem no êxito que esperavam alcançar ao buscar novas oportunidades numa neopovoação:

Muitos dos tropeiros que dirigiam-se a Campina Grande ou vindos de lá, rumavam para o Sertão, pernoitavam em Lagoa Seca e isto provavelmente contribuiu para aumentar o número de seus habitantes:

“Se você visse a fila na estrada de Alagoa Nova, Esperança, daquele meio de mundo pra Campina, era a coisa mais linda do mundo! Traziam e botavam abaixo aqui, e aqui se arranchavam e daqui iam pro sertão” (Zacarias Jerônimo)

À medida que o lugar vai definindo-se - através dessa simbiose promovida por seus moradores oriundos dos sítios, mas que não deixam a atividade agrícola, e dos moradores portadores de experiência em centro urbano - sua população também vai forjando seu próprio perfil.

O Brejo Paraibano - no qual estamos incluindo o Município de Lagoa Seca, tem sua história pautada na pequena produção. E é isto que, a nosso ver, concebe-lhe um caráter todo particular, impregnado na "forma de ser" da cidade. A este respeito, refere-se Halbwachs (1990:159): *“os grupos imprimem sua marca sobre o solo.”* Trata-se desta forma, de uma relação de reciprocidade entre espaço e sujeitos, onde o espaço - Lagoa Seca - interage com os agentes que lhe inculcaram a marca de cidade rural.

Não é qualquer lugar que se marca, mas aquele que foi eleito como o espaço para viver, morar, trabalhar, criar e educar os filhos, manter laços de vizinhança, compadrio, etc. *“Há uma relação de troca de significados entre os indivíduos e os locais. Os espaços marcam os indivíduos; os indivíduos marcam os espaços” (Bernardo, 1998:165)*

O espaço que é a cidade foi concebido por pequenos produtores, é habitado por essas pessoas e/ou por pessoas que já foram agricultores e por seus descendentes.

Como pensar o urbano? Como conceituá-lo para voltarmos à questão: como localizar Lagoa Seca no contexto urbano? Trata-se de uma cidade? Quais as características que a identificam como tal? Por estar, indissoluvelmente, imbricada a Campina Grande, no tangente a oferta de serviços essenciais a seu funcionamento, podemos subtrair-lhe a denominação de cidade?

Sabemos que um aspecto, em geral, atribuído e exigido da cidade é a de um complexo demográfico composto, social e economicamente, por uma concentração populacional não agrícola - dedicada a atividades de caráter mercantil, industrial, financeiro e cultural.

Temos em Lagoa Seca, uma população não-rural dedicada ao comércio, educação, religião, artesanato, dentre outros. A quantidade de pessoas envolvidas nestas atividades não supera a rural. Este aspecto pode ser considerado decisivo para questionarmos a condição de cidade de Lagoa Seca?

Vimos acima que, para Max Weber (1979:69), toda cidade desempenha a função de mercado. Este é um aspecto que não podemos deixar passar despercebido, pois apesar de a população de Lagoa Seca recorrer a Campina Grande para fazer compras, é grande o número de estabelecimentos comerciais nesta pequena cidade. Ademais, é exercendo esta função de mercado que Lagoa Seca surge, quando da construção da tarimba^{vi} para a venda de carne.

Salientamos que nem todos os moradores da cidade nem de seu entorno deslocam-se regularmente a Campina Grande, consideram mais cômodo e econômico realizar pequenas compras em Lagoa Seca. Existem também as pessoas que não podendo comprar à vista, dependem do aval e confiança do dono da mercearia para comprar na caderneta e pagar no mês subsequente às compras. Relação impraticável destes consumidores num centro comercial como Campina Grande.

Sob essa ótica, Lagoa Seca pode ser considerada um centro urbano, sem a necessidade de questionarmos a extensão do vínculo mantido com um grande centro urbano e sem desconsiderar que a maioria de sua população vive no campo, sendo a base econômica do município eminentemente agrícola. Lagoa Seca não torna-se menos cidade pelo fato de, como tantas outras cidades de seu porte ou maiores, estar ligada a Campina Grande no que tange às prestações de serviços à sua população. Entretanto, por manter latente essa característica eminentemente rural que porta, podemos considerá-la uma “cidade-rural”.

Se fôssemos pôr em questão os títulos das cidades impossibilitadas (por várias razões, e não é objetivo nosso discorrer sobre elas) de executar todas as funções cabíveis a um centro urbano no que concerne à saúde, educação, lazer, esportes, oferta de emprego, etc. quantas estariam aptas a garantir o seu título?

Não é o grau de dependência ou de independência que outorga a denominação de cidade ou institui a qualidade ou potência de uma cidade. Percebemos o que a princípio nos referimos como dependência, ser uma interação que favorece ambas as partes.

“O espaço local é, por excelência, o lugar da convergência entre o rural e o urbano (...) O espaço local é, de fato, o lugar do encontro entre estes dois “mundos”. Porém, nele, as particularidades de cada um não são anuladas, ao contrário são a fonte da integração e da cooperação, tanto quanto das tensões e conflitos. O que resulta desta aproximação não é a diluição de um dos pólos do continuum, mas a configuração de uma rede de relações recíprocas, em múltiplos planos que, sob muitos aspectos, reitera e viabiliza as particularidades”(Wanderley, 1999:5)

A população de Lagoa Seca recorre a Campina Grande para suprir necessidades para as quais a cidade não dispõe de recursos ou para buscar serviços que ela fornece de modo incipiente e precário. Campina Grande, da mesma forma, beneficia-se com os produtos agrícolas in natura, como no caso das frutas, verduras e legumes, e os manufaturados, como a farinha de mandioca, produzidos em Lagoa Seca por seus agricultores, como também com o artesanato, confeccionado em estopa, tecido, palha de banana e de coco, bucha e madeira e ainda realiza trabalhos em tricô, crochê, bordados e tapeçaria. Ocorre, desta forma, a interação entre urbano/urbano, articulação entre a cidade pequena e a grande cidade.

Castells, em comentário acerca de Raymond Ledrut, diz que a cidade é por ele analisada como um sistema de trocas entre diferentes setores que ocupam um lugar e preenchem uma determinada função (1983:138).

Apesar de ser uma cidade interiorana, resguardando ainda a essência do dia-a-dia transcorrido calmamente - o que muitos poderiam denominar de indolência - Lagoa Seca não desperta em muitos agricultores o mínimo estímulo para morar em seu seio. Conversamos com agricultores, cuja face traz a expressão de quem tem a experiência de muitos anos vividos na rotina do despertar quando o galo anuncia que o sol já está por despontar e ir rumo ao roçado, retornando quando a escassa luz do dia já não permite mais vislumbrar o solo que ainda aguarda seus cuidados. Não obstante, esses trabalhadores rurais não demonstram o desejo de morar na cidade, mesmo que as possibilidades para tal façam-se presentes, e enumeram as vantagens do campo: “É mais sadio, mas não é tanto por sossego, por que eu acho aqui um ar mais livre, uma coisa melhor, uma liberdade melhor, um canto mais livre...” (Celestino P. da Silva)

Na Europa do século XV, a cidade era cantada e decantada como o espaço onde se respirava o ar mais puro (“o ar da cidade liberta”), cheio de inovações que deslumbravam a todos, a exemplo do que ocorria em Nápoles, Florença e Veneza. Esse período é marcado pela entrada em cena da economia mercantil, grande sedutora a atrair populações para as cidades, pois até então a economia tinha como pilar a produção de subsistência (Rolnik, 1988:30.)

“Já no final da idade média, o ar da cidade cheirava a liberdade. O homem urbano de então, vai se tornar o portador primário da concepção de racionalidade, modificando sua relação consigo, com os outros e com o mundo: profissionalmente vai se especializar, dividir seus papéis entre a casa e o trabalho, modificar e formalizar suas práticas de socialização, ampliar as relações de mercado e adquirir uma mobilização política de maior peso. (...) mais do que uma concentração, um aglomerado de indivíduos, a cidade representa um processo de conscientização, de ampliação dos horizontes, locus da inovação e pluralismo” (Junghans Lanz, 1997:11).

Temos no final do século XX odes ao campo. Nos países desenvolvidos, o rural é revisitado como um espaço portador, por excelência, de novas perspectivas de superação dos obstáculos à vida social, do “*renascimento do rural*” (Wanderley, 1998:3-4.) No Brasil, esse fenômeno também é percebido. Encontramos, na Paraíba, mais especificamente na área rural de Lagoa Seca, uma grande incidência de cidadãos que adquirem imóvel rural, na maioria das vezes, de um pequeno produtor que não tem mais como manter-se do que produz. Não há apenas uma mudança de proprietários, são inúmeras relações que se ressentem: a terra deixa de ser cultivada ou o será parcialmente, laços de amizade e compadrio que se desfazem (devido a ausência das famílias que migram) e os novos donos são presenças esporádicas, vindo em finais de semana, tornando o espaço -outrora local de moradia e produção - em ambiente de lazer.

O campo representa não somente as agruras da lida, as dificuldades que açambarcam os frutos não colhidos da safra, mas dá ao agricultor a certeza de que o espaço onde mora, trabalha, cria seus filhos, recebe os amigos para uma tarde de jogo de cartas, tomar um gole de cachaça ou simplesmente para “prosear” - esse espaço modificado segundo suas necessidades e possibilidades - é espaço que ele domina e garante a sua liberdade.

A relação que seu Celestino mantém com a cidade restringe-se ao comércio para vender seus produtos agrícolas, comprar o que necessita, compromissos de teor religioso, visitar parentes ou amigos e quando necessita de assistência médica.

A percepção que o agricultor tem do meio rural difere da de muitos cidadãos e vice-versa. Falamos, desta forma, de espaços físicos distintos e de modos de vida e de relações com o campo e com a cidade também diferenciados. Para alguns de nossos interlocutores cidadãos, mas de origem rural, a cidade oferece uma vida mais cômoda pelo fato de estarem com a idade avançada, mas não deixariam a cidade para ir morar no campo.

Esse “renascimento do rural” ou volta ao campo, mencionado acima quando citamos Wanderley, decorre dos inchamentos das cidades, das superpopulações nos grandes centros do país, onde as cidades crescem de forma desordenada. Paralelamente a esse crescimento, há inúmeros problemas como desemprego, miséria, violência, prostituição de crianças e adolescentes (pois já não choca mais referir-se à prostituição de adultos), falta de moradias, aumento do número de favelas, etc.

Talvez cheguemos a um ponto-limite, a partir do qual a migração passe a ser percebida, pelas populações migrantes, como inviável. Por enquanto, a marca das últimas décadas tem sido a interiorização do crescimento e a formação de novas aglomerações urbanas.

Em 1940, as cidades abrigavam 46% da população brasileira; em 1991, esse percentual elevou-se para 75%^{vi}. Em termos mundiais, a migração do campo para as cidades representa 40% do crescimento urbano. Entre 1960-1980, no Brasil, cerca de 30 milhões de pessoas saíram de áreas rurais para áreas urbanas. Na década de 1980, tínhamos 70 milhões de pessoas habitando na zona urbana (Taschner, 1992:78).

Um outro aspecto a ser considerado é o crescimento das ocupações não-agrícolas no campo, em decorrência de muitas pessoas continuarem morando no meio rural, mas trabalhando nas cidades. O contrário também se confirma: pessoas que moram nas cidades e trabalham nas áreas rurais. Desta forma, os conceitos fechados (tradicionais) para explicar população urbana e rural mostram-se insuficientes para abordar as novas relações apresentadas entre campo e cidade.^{viii}

Atualmente, 80% dos brasileiros vivem em áreas urbanas. Segundo informações de Toledo^{ix}, a previsão é de que em 2006, o número de pessoas morando nas cidades supere a população rural do planeta. Trata-se de um aumento estupendo, pois 200 anos atrás tínhamos 98% da população mundial morando no campo. No Brasil, os índices para o ano 2000 apontavam uma

população urbana de 136 milhões de pessoas contra 34 milhões na zona rural (Taschner,1992:83).

Em 1991, segundo o IBGE, o Brasil contava com 35.834.485 habitantes no meio rural. Estes números representam uma proporção minoritária e em declínio do total da população, apenas (32,2%). Entretanto, salienta Wanderley (1997:101), “a população rural não pode ser considerada inexistente ou desprezível.”

O retorno ao campo emerge como uma saída viável para se evitar um colapso urbano de maior vulto do que o que ora presenciamos. Entretanto, existem muitos obstáculos que impedem o acesso dos trabalhadores rurais à terra. Além da terra é preciso, através de políticas públicas, assegurar as devidas condições para que se possa nela permanecer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel Correia de. A terra e o homem no nordeste. 3ª- ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

_____. Cidade e campo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1974.

_____. Tradição e mudança: A organização do espaço rural na área de irrigação do sub-médio São Francisco.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. In: Dossiê Nordeste. Globalização e Trabalho, Violência no Peru. Estudos Avançados. USP. Vol. II, nº 29. Jan/Abr/1997.

BLAY, Eva Alterman (org.) A luta pelo espaço: textos de sociologia urbana. 2ª- ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

CALVINO, Italo. As cidades invisíveis. Trad. Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CÂMARA, Epaminondas, Datas campinenses. João Pessoa: Departamento de Publicidade, 1997.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. In: Resumo dos Anais do 35º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural: O público e o privado na agricultura brasileira, Natal, 1997. SOBER – Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Brasília, 1997.

CASTELLS, Manuel. A questão urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CERTEAU, Michael. A invenção do cotidiano: artes de fazer. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Rio de Janeiro: Vozes, 1994

DAVIS, Kingsley, SJOBORG, Giideon et ali. Cidades: a urbanização da humanidade. Trad. José Reznik. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

- FARIA, Vilmar E. Cinquenta anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas. In: Novo Estudos – CEBRAP. Nº 29, 1991.
- JUNGHANS LANZ, Helza de Abreu Ricarte. A ruralidade no urbano: novas perspectivas na relação campo-cidade. VIII Encontro de Ciências Sociais do Norte/Nordeste. Modos de Pensar o Social: Espaço, Tempo e Imagem. Fortaleza, 1997.
- LE GOFF, Jacques. Por amor às cidades. Trad. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1988.
- LIPIETZ, Alain. O capital e seu espaço. Trad. Manoel F. G. Seabra. São Paulo: Nobel, 1988.
- LOPES, Juarez R. Brandão. Desenvolvimento e mudança social: a formação da sociedade urbano-industrial no Brasil. 4ª ed. São Paulo: Nacional, 1978.
- MARTINS, José de Souza. As coisas no lugar: Da ambigüidade à dualidade da reflexão sociológica sobre a relação campo-cidade. In José de Souza Martins (org.) Introdução crítica à sociologia rural. São Paulo: Hucitec, 1981.
- MARTINS, Paulo Henrique N. Contra o feitiço patrimonial: a alforria das cidades. XVII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambú, 1993.
- MATOS, Olgária C. F. A cidade e o tempo: algumas reflexões sobre a função social das lembranças. Espaço & Debates Out/Dez. São Paulo, 1982
- MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. (Livro 1, Vol. I) Trad. Reginaldo Sant'Anna 14ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- MENDRAS, Henri et alii. Sociologia rural. Textos Básicos de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- MENEZES, Djacir. O outro Nordeste. 2ª- ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1970.
- MOREIRA, Emília e TARGINO, Ivan. Capítulos de geografia agrária da Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.
- OLIVEN, Ruben George. Urbanização e mudança social. Petrópolis: Vozes, 1984.
- PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para investigações do comportamento humano no meio urbano. Trad. Sérgio M. Santeiro. In: Otávio G. Velho (org.): O fenômeno urbano. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Do rural e do urbano no Brasil. In: Tomás Szmecsanyi e Oriowaldo Queda. Vida rural e mudança social. São Paulo. Editora Nacional, 1972.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. Sobre a história da urbanização: história urbana. In Edgar de Decca, Depoimentos – O estatuto da história. Espaço & Debates, nº 34, 1991.
- RIBEIRO, Luiz C. de Queiroz e SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves (org.) Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de
- SÁ, Maria Braga de. Os engenhos rapadureiros e a expansão da agroindústria açucareira, no município de Areia, microrregião do brejo paraibano. Dissertação de Mestrado em História. Recife, 1980.

SANTANA, Martha M. Falcão de Carvalho e Moraes. Nordeste, açúcar e poder: um estudo da oligarquia açucareira na Paraíba 1920-1962. João Pessoa: CNPq/UFPB, 1990.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. Trad. Antonia Déa Erdens e Maria Auxiliadora da Silva. Petrópolis: Vozes, 1980.

SAWAIA, Bader B. O calor do lugar: segregação urbana e identidade. In: São Paulo em Perspectiva – Vol.9/Nº 2/Abr-Jun/1995

SEMINÁRIO INTERNACIONAL “PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL”. Territorialidade e ruralidade no Nordeste: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. Maria de Nazareth Baudel Wanderley. UFPB-CIRAD, Campina Grande, 28 a 30 de Setembro de 1999.

SERRA, Geraldo. O espaço natural e a forma urbana. São Paulo: Nobel, 1987.

SILVA, José Graziano da. BASALDI, Otávio Valentim. et alii. O rural paulista: muito além do agrícola e do agrário. In: São Paulo em Perspectiva – Vol.10/Nº 2/Abr-Jun/1996.

SILVA, José Graziano da. Sobre a delimitação do rural e do urbano no Brasil: testando as aberturas geográficas das novas Pnads. In: Resumo dos Anais do 35º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural: O público e o privado na agricultura brasileira, Natal, 1997. Sober – Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Brasília, 1997.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Pequena história da agricultura no Brasil: do escravismo ao trabalho livre, estrutura agrária e relações de trabalho, para onde vai a agricultura? São Paulo: Contexto, 1990.

TASCHNER, Suzana Pasternak. Mudanças no padrão de urbanização: novas abordagens para a década de 90. Espaço & Debate nº 36 - 1992.

TOLEDO, José Roberto de. Urbanização cria uma Hong Kong por mês. Folha de São Paulo - São Paulo, 02/05/1999, p.2, 2 c.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O “lugar” dos rurais: o meio rural no Brasil moderno. In: Resumo dos Anais do 35º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural: O público e o privado na agricultura brasileira, Natal, 1997. SOBER – Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Brasília, 1997.

_____. O “lugar” dos rurais: estudo sobre a ruralidade no Brasil – Projeto de Pesquisa, 1998.

WEBER, Max. Conceitos e categorias da cidade. In: Otávio Guilherme Velho (org.). O Fenômeno Urbano. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Vol. I Trad. Regis Barbosa, Karen E. Barbosa et alii. 3ª ed. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1994.

WIRTH, Louis. Os desafios da cidade e da metrópole. Trad. Leônidas G. de Carvalho. In: FLORESTAN, Fernandes (org.) Comunidade e Sociedade. Editora Nacional e Editora da USP, 1973.

_____. O urbanismo como modo de vida. Trad. Marina Corrêa Treuherz. In: Otávio Guilherme Velho (org.) O fenômeno urbano. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

PERIÓDICOS:

REVOLUÇÃO urbana derruba as fronteiras. *Folha de São Paulo* - São Paulo, 02/05/1999- Especial- Ano 2000 cidades- p.4, 2 c.

GUIMARÃES, Anselmo. Passa dos 35% o número de prefeitos-médicos no Estado. *Jornal da Paraíba* – Campina Grande, 26/12/1999 – Política - p.2

Notas

[i](#) Na situação urbana estão as pessoas e os domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. Na situação rural estão a população e os domicílios recenseados em todas as áreas situadas fora desses limites, incluindo os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos. Estas situações são definidas, em cada caso, por lei municipal (Wanderley, 1997:97).

[ii](#) Painel: “Os Processos de Desenvolvimento Rural: Agricultura, Ruralidade, Integração Campo-Cidade”, apresentado por Maria de Nazareth Baudel Wanderley, no 35º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, de 4-8/08/1997, Natal.

[iii](#) Na Paraíba, mais de 35% dos prefeitos são médicos ou exercem alguma função relacionada à área de saúde. São eleitos principalmente em cidades interioranas, onde a assistência é mais precária e o prefeito assume também a função de médico: Picuí, Barra de Santana, Ingá, Fagundes, Serra Redonda, Massaranduba, Alagoa Grande, Alagoa Nova e Lagoa Seca, dentre outras (Jornal da Paraíba, 26/12/1999 - p.2)

[iv](#) Cidade do Brejo Paraibano, localizada a 8 quilômetros de Campina Grande -PB, foi objeto de nossa dissertação de mestrado em Sociologia.

[v](#) Trata-se de um de nossos interlocutores, residente no Sítio Lagoa do Barro, Município de Lagoa Seca - PB.

[vi](#) O fundador de Lagoa Seca, Cícero Faustino, construiu um galpão onde vendia carne. O local ficou conhecido como "Tarimba dos Faustino".

[vii](#) Revolução Urbana Derrubas as Fronteiras- Folha de São Paulo- 1999 - Especial –Ano 2000- Cidades-p.4.

[viii](#) Id. Ibid. cit 15 -32

[ix](#) José Roberto Toledo em artigo intitulado “Urbanização cria uma Hong Kong por mês”, publicado na Folha de São Paulo em 02/05/1999 - cit 16 - 32